

“Cria o Conselho Municipal de Saúde de Santo Antonio do Leste - CMSSAL e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, aprovou, e eu, PEDRO LUIZ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Saúde de Santo Antonio do Leste – CMSSAL, conforme o dispositivo do Artigo 259 da Lei Orgânica do Município, sendo este integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Saúde, é o órgão permanente com função consultiva, deliberativa e recursal.

Parágrafo Único - As deliberações normativas do Conselho Municipal de Saúde de Santo Antonio do Leste serão homologadas pelo Secretário Municipal de Saúde.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Saúde de Santo Antonio do Leste terá sua organização e normas de funcionamento definidas em seu regimento interno, elaborado e aprovado pelo seu plenário, sempre de acordo com a legislação pertinente.

Artigo 3º - Competirá ao Conselho Municipal de Saúde:

I – atuar na formulação e controle da execução da política de saúde, incluído seus aspectos econômicos, financeiros e de gerência técnico-administrativa, apreciando a proposta de enquadramento apresentada pelo gestor municipal, consideradas as condições do Município face aos requisitos previstos na legislação.

II – estabelecer estratégias e mecanismos de coordenação e gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados em nível nacional, estadual e municipal;

III – traçar diretrizes de elaboração e aprovar os planos de saúde, adequando-os às diversas realidades epidemiológicas e à capacidade organizacional dos serviços;

IV – propor a adoção de critérios que definam qualidade e melhor resolutividade, verificando o processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área;

V – propor medidas para o aperfeiçoamento da organização e do funcionamento do SUS;

VI – examinar propostas e denúncias, responder a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberação do Colegiado;

VII – fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde;

VIII – propor a convocação e estruturar a comissão organizadora da Conferência Municipal de Saúde;

IX – fiscalizar a movimentação de recursos repassados ao Fundo Municipal de Saúde;

X – estimular a participação comunitária no controle da administração do Sistema de Saúde;

XI – propor critérios para a programação e para a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e destinação dos recursos;

XII – estabelecer critérios e diretrizes quanto à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde, públicos e privados, no âmbito do SUS;

XIII – elaborar o regimento interno do Conselho e suas normas de funcionamento;

XIV – estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde de interesse para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde;

XV – outras atribuições estabelecidas pela legislação ou pelas instâncias superiores do SUS.

Artigo 4º - O CMSSAL será composto paritariamente por entidades representativas de Santo Antonio do Leste e será regulamentado por lei, obedecendo a seguinte composição:

I - Representantes das entidades prestadoras de serviços:

- a) Um(01) representante dos hospitais credenciados;
- b) um (01) representante do Poder Executivo;
- c) um (01) representante do Poder Legislativo

II – Representante dos trabalhadores da Saúde

- a) um (01) representante dos médicos;
- b) um (01) representante dos odontólogos;
- c) um (01) representante dos bioquímicos
- d) um (01) representante dos enfermeiros;
- e) um (01) representante dos auxiliares

III – Representante dos Usuários:

- a) um (01) representante dos Servidores Público
- b) um (01) representante das Associações comunitárias.

§ 1º - Todos os conselheiros terão suplência escolhida, nomeada e empossada na mesma forma do titular.

Artigo 5º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde de Santo Antonio do Leste serão nomeados pelo Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da indicação oficial, procedida pelos órgãos próprios da representação, cabendo ao Conselho efetuar a posse na forma regimental.

§ 1º - As funções de membros do Conselho Municipal de Saúde de Santo Antonio do Leste não serão remuneradas, sendo considerada de relevante interesse público.

Artigo 6º - O Conselho Municipal de Santo Antonio do Leste, será presidido pelo Secretário Municipal de Saúde.

Artigo 7º - O plenário do Conselho, composto pelos representantes das Entidades de Classe de que trata o artigo 4º é órgão máximo de deliberação do Conselho Municipal de Saúde de Santo Antonio do Leste.

Parágrafo Único – O Plenário elegerá um secretário entre seu membros para auxiliar seu presidente a dirigir os trabalhos do conselho.

Artigo 8º - Em caso de vacância permanente de conselheiro titular, por renúncia, morte ou impedimento de qualquer natureza, competirá ao Conselho convocar, na forma regimental o suplente respectivo para completar o mandato.

Parágrafo Único - Constitui impedimento legal a assunção por parte do conselheiro, com cargo ou função incompatível com a representação de origem.

Artigo 9º - O mandato dos conselheiros será de dois(02) anos, permitida a recondução, uma única vez, por igual período.

Parágrafo Único - As datas de início e término dos mandatos não devem coincidir com o início e término do mandato do Prefeito Municipal, com exceção de seus representantes.

Artigo 10º - No prazo de 60 (sessenta) dias, o Conselho Municipal de Saúde de Santo Antonio do Leste procederá a adequação de seu Regimento Interno à presente Lei, mantendo-o permanentemente atualizado com base nos artigos 1º e 2º, desta Lei.

Artigo 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos trinta dias do mês de outubro de 2001.

PEDRO LUIZ BRUNETTA
Prefeito Municipal